

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes.....	03
Quadro 1 - Balanços Patrimoniais.....	05
Quadro 2 - Demonstrações dos Resultados dos Exercícios.....	06
Quadro 3 - Demonstrações dos Resultados Abrangentes.....	07
Quadro 4 - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	08
Quadro 5 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	09
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.
Pocrane - MG

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidrelétrica Cachoeirão S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau (SC), 14 de março de 2025.

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7

TATIANE 
SCHMITZ:07917230970 Assinado de forma digital por
TATIANE SCHMITZ:07917230970 Dados: 2025.03.14 14:50:35 -03'00'

Tatiane Schmitz
Sócia
Contadora CRC SC nº 038070/O-0

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2024	2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.407	7.222
Consumidores	5	4.365	3.280
Concessionárias e permissionárias		-	1
Tributos compensáveis	6	8	8
Almoxarifado operacional	7	752	712
Despesas pagas antecipadamente		45	43
Outros ativos circulantes		-	6
Total do ativo circulante		10.577	11.272
Ativo não circulante			
Tributos compensáveis	6	377	377
Investimentos temporários		242	192
Despesas pagas antecipadamente		1	2
Imobilizado	8	72.423	74.048
Intangível	9	10.897	11.407
Total do ativo não circulante		83.940	86.026
Total do ativo		94.517	97.298
Passivo	Notas	2024	2023
Passivo circulante			
Fornecedores	10	1.640	306
Obrigações sociais e trabalhistas		291	258
Tributos	11	967	537
Dividendos declarados	14	2.713	5.777
Total do passivo circulante		5.611	6.878
Passivo não circulante			
Fornecedores	10	-	655
Total do passivo não circulante		-	655
Patrimônio líquido	13		
Capital social		35.000	35.000
Reserva de lucros		53.906	54.765
Total do patrimônio líquido		88.906	89.765
Total do passivo e patrimônio líquido		94.517	97.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

**Demonstrações dos Resultados dos Exercícios
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)**

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	16	36.906	37.616
Custos de operação	17	(24.783)	(13.793)
Lucro bruto		12.123	23.823
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(1.284)	(1.318)
Outras receitas e despesas operacionais	18	635	4
		(649)	(1.314)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		11.474	22.509
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		1.166	2.690
Despesas financeiras		(6)	(5)
		1.160	2.685
Lucro antes dos impostos		12.634	25.194
Impostos	20		
Contribuição social corrente		(579)	(663)
Imposto de renda corrente		(1.201)	(1.425)
		(1.780)	(2.088)
Lucro líquido do exercício		10.854	23.106
Lucro por ação			
Ações ordinárias		R\$ 0,31	R\$ 0,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos Exercícios
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)**

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	10.854	23.106
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	10.854	23.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)**

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	35.000	7.000	54.114	-	96.114
Dividendos extraordinários					
Dividendos ações ordinárias - Classe A	-	-	(12.076)	-	(12.076)
Dividendos ações ordinárias - Classe B	-	-	(11.602)	-	(11.602)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.106	23.106
Destinação do resultado do exercício:					
Proposta da administração para distribuição de dividendos:	-	-			
Dividendos ações ordinárias - Classe A	-	-	-	(2.946)	(2.946)
Dividendos ações ordinárias - Classe B	-	-	-	(2.831)	(2.831)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	17.329	(17.329)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	35.000	7.000	47.765	-	89.765
Dividendos extraordinários					
Dividendos ações ordinárias - Classe A	-	-	(4.590)	-	(4.590)
Dividendos ações ordinárias - Classe B	-	-	(4.410)	-	(4.410)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.854	10.854
Destinação do resultado do exercício:					
Proposta da administração para distribuição de dividendos:	-	-			
Dividendos ações ordinárias - Classe A	-	-	-	(1.384)	(1.384)
Dividendos ações ordinárias - Classe B	-	-	-	(1.329)	(1.329)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	8.141	(8.141)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	35.000	7.000	46.906	-	88.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Exercícios
em 31 de dezembro e 2024 e 2023
(Em milhares de reais)**

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	10.854	23.106
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	3.320	3.734
Baixa de imobilizado e intangível	-	21
Repactuação do risco hidrológico – GSF	-	1.772
Baixa de fornecedor	(659)	-
	13.515	28.633
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(1.084)	514
Almoxarifado operacional	(40)	(50)
Tributos compensáveis	-	123
Despesas pagas antecipadamente	(1)	(13)
Outros ativos circulantes	6	44
	(1.119)	618
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	1.334	146
Obrigações sociais e trabalhistas	33	81
Obrigações tributárias	1.493	1.509
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.059)	(1.563)
	1.801	173
Caixa líquido das atividades operacionais	14.197	29.424
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimentos temporários	(50)	(60)
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.185)	(1.503)
Caixa líquido das atividades de investimento	(1.235)	(1.563)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(14.777)	(31.571)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(14.777)	(31.571)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.815)	(3.710)
Saldo de caixa e equivalentes no início do período	7.222	10.932
Saldo de caixa e equivalentes no final do período	5.407	7.222
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.815)	(3.710)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Às Acionistas

A Administração da Hidrelétrica Cachoeirão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios de 2024 e 2023, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

1.2 A Companhia

A Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelas empresas Santa Maria Energética S.A., sediada no Estado do Espírito Santo, e pela Cemig Geração e Transmissão S.A., sediada no Estado de Minas Gerais. A Companhia foi constituída em 18 de janeiro de 2007 com sede na Rodovia Km 27 da Estrada de Pocrane, à Margem Direita do Rio Manhuaçu, no Povoado de Cachoeirão, município de Pocrane, Estado de Minas Gerais.

1.3 Outorga de Geração de Energia

A Companhia atua no ramo de geração e comercialização de energia elétrica, tendo sido autorizada a implantar e explorar o empreendimento denominado PCH Henrique Nunes Coutinho (antiga Cachoeirão) na condição de Produtor Independente de Energia Elétrica, por meio da Resolução Autorizativa nº 908, de 08 de maio de 2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que transferiu da empresa Santa Maria Energética S.A. a autorização objeto da Resolução nº 282, de 26 de julho de 2000, publicada em 27 de julho de 2000, para implantar e explorar a PCH Cachoeirão, originalmente, pelo prazo de 30 anos, com vencimento da outorga de autorização em 26 de julho de 2030.

Com a inovação trazida pela Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que estabeleceu o início da contagem do prazo de vigência da outorga a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora, o prazo final de vigência da outorga passou a ser 30 de dezembro de 2038, conforme estabelecido na Resolução Autorizativa nº 13.558, de 31/01/2023.

De outro lado, houve também extensão do prazo da outorga para compensação dos efeitos do *Generation Scaling Factor* – GSF, no âmbito da Repactuação do Risco Hidrológico, estabelecida pela Lei nº 14.052, de 08/09/2020, que após os cálculos realizados pela CCEE, com base no que estabeleceram a Lei e a Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, publicou no DOU em 18/10/2023 a Resolução Homologatória nº 14.896, de 10/10/2023, que estabeleceu o prazo de extensão da outorga da PCH Henrique Nunes Coutinho em 2.555 dias, prazo máximo de compensação previsto na legislação, alterando o término de sua vigência de 30 de dezembro de 2038 para 28 de dezembro de 2045.

Usina Hidrelétrica	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Autorização	
			(MW)	(MWm)	Inicio	Término
PCH Henrique Nunes Coutinho	Produtor Independente	Autorização	27,00	16,37	30/12/2008	28/12/2045

A Companhia comercializa sua energia no Ambiente de Contratação Livre – ACL por meio de contratos de curto e médio prazo, negociados com terceiros (Nota explicativa nº 5).

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A PCH Henrique Nunes Coutinho possui capacidade instalada de 27 MW, contando com três unidades geradoras, tendo iniciado sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008.

Em 09 de setembro de 2019, através do Despacho SCG/ANEEL nº 2.494, o nome do empreendimento foi alterado de PCH Cachoeirão para PCH Henrique Nunes Coutinho.

Em 03 de maio de 2021, foi expedida pela Superintendência Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro – SUPRAM Leste, a Renovação da Licença de Operação da PCH Henrique Nunes Coutinho, com prazo de vigência de 8 anos, com vencimento em 1º de maio de 2029.

1.4 O Mercado de Carbono

A PCH Henrique Nunes Coutinho possui projeto para geração de créditos de carbono através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL registrado na *United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC* sob o nº 4.788, já tendo concluído o processo de verificação e emissão de parte dos créditos de carbono gerados pelo empreendimento que equivalem a cerca de 314 mil toneladas de emissões de CO₂ evitadas com a operação da usina.

Foram realizados dois processos de verificação e emissão dos créditos de carbono gerados pelo empreendimento, sendo o primeiro compreendendo o período de 03/02/2012 à 31/12/2015, totalizando 167 mil CERs (Certificados de Emissão Reduzida), e o segundo abrangendo o período de 01/01/2016 às 31/12/2020, totalizando 147 mil CERs.

A comercialização da totalidade dos créditos de carbono da primeira verificação foi realizada no ano de 2021, e da segunda verificação foi parcialmente realizada em 2022. Não houve comercialização dos créditos no exercício de 2024 e 2023.

1.5 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo Presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição do referido Comitê, responsável pela administração do imposto, até 31 de dezembro de 2025.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Haverá um período de transição dos anos de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes, por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas contábeis.

2.3 Moeda Funcional e de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações. Para fazer tais estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as mesmas ocorrem e em quaisquer períodos futuros afetados. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração, que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) conforme Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas representativas da vida útil dos mesmos.
- (iii) Registro de provisão da liquidação de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

2.5 Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 14 de março de 2025.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Principais Políticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios sociais apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1.1 Instrumentos Financeiros

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado - VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação,

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.1.2 Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos pelo caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto, médio ou longo prazo com liquidez imediata, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros mantidos para negociação, em função da possibilidade de resgate no curto prazo, contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados *pro-rata temporis* até a data das demonstrações financeiras.

3.1.3 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de compra e venda de energia elétrica. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo deduzidas eventuais perdas de crédito esperadas.

3.1.4 Almoxarifado operacional

É composto por peças sobressalentes utilizadas na manutenção dos equipamentos da usina, as quais são avaliadas e contabilizadas pelo custo médio de aquisição.

3.1.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção. Os juros e demais encargos financeiros decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, quando da sua ocorrência, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do mesmo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015. Esta norma revisou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, revogando as Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e nº 474, de 7 de fevereiro de 2012.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL à PCH, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens, apurado por auditoria da ANEEL, será indenizado à Companhia.

3.1.6 Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis quando possuem vida útil econômica definida, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.1.7 Redução ao valor recuperável – *Impairment*

A Companhia avalia periodicamente o valor de seus ativos tangíveis e intangíveis com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificar que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda.

A Companhia não apurou nenhuma indicação de perda que requeresse a contabilização de provisões para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

3.1.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidos pelo seu valor justo e classificados como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.1.9 Salários e encargos sociais

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares quando negociados em acordos coletivos de trabalho, juntamente com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

3.1.10 Receita operacional

A receita advinda da venda de energia elétrica, é reconhecida na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre as vendas.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1.11 Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

3.1.12 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia opta pela tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social por meio do Lucro Presumido, sendo considerado para efeito de tributação do Imposto de Renda o percentual de 8% aplicado sobre a receita bruta de vendas de energia elétrica somada ao valor das demais receitas, inclusive os rendimentos de aplicação financeira. O Imposto de Renda é apurado trimestralmente mediante aplicação da alíquota de 15% sobre a base de cálculo acima e do adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que excede ao limite de R\$60 no trimestre. Para o cálculo da Contribuição Social, é considerado o percentual de 12% sobre a receita bruta de vendas de energia elétrica, somado ao valor das demais receitas, inclusive os rendimentos de aplicação financeira. A Contribuição Social é apurada trimestralmente mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre a base de cálculo acima mencionada.

3.1.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável, que estabelecem um pagamento de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.1.14 Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos exercícios apresentados.

3.1.15 Pronunciamentos e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) IFRSs novas e alterações em pronunciamentos em vigor:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
IAS 1/CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, IAS 7/ CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre	01/01/2024

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Caixa e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	
IFRS 16/CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.	01/01/2024

As alterações informadas que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 não produziram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO ₂ e) ¹ , Permissões de emissão (<i>allowances</i>) ² e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	01/01/2025
IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e disagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) -	01/01/2027

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Norma	Descrição da alteração	Vigência
	Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da optionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.	
IFR 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	19	34
Aplicações Financeiras	5.388	7.188
Total	5.407	7.222

As Aplicações Financeiras de Curto Prazo são compostas por:

- (i) Certificados de Depósito Bancário (CDBs), de liquidez imediata, que são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, variando entre 100% e 119% (em 2023, 98,2% e 111,28%).
- (ii) Operação Compromissada, de liquidez imediata, que são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, variando entre 70% e 100%.

Os valores de Caixa e Equivalentes incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de perda de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. CONSUMidores

Composição	2024	2023
Fornecimento Comercial	4.365	3.280
Total	4.365	3.280

Representa os valores a receber pela Companhia relativos à venda da energia elétrica.

A Companhia não registrou provisões para perdas dos valores de Contas a Receber constantes no balanço patrimonial em virtude de não existirem saldos em atraso e, ainda, pelo fato de que todas as operações são realizadas com registro mediante o pagamento, conforme estabelecido nos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica Incentivada firmados.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Composição	2024	2023
Circulante		
ICMS sobre Imobilizado a Recuperar (i)	1	8
Saldo negativo IRPJ (ii)	7	-
Total	8	8
Não Circulante		
PIS s/ Exclusão do ICMS na Base de Cálculo (iii)	67	67
COFINS s/ Exclusão do ICMS na Base de Cálculo (iii)	310	310
Total	377	377

- (i) O ICMS sobre imobilizado a recuperar, refere-se principalmente ao crédito constituído na aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos imobilizados.
- (ii) O Saldo Negativo IRPJ em 2024 é composto pelo pedido de restituição PER/DCOMP/WEB nº 34284.89996.150824.1.2.02-2399, devidamente protocolado junto à Receita Federal.
- (iii) PIS e COFINS s/ exclusão do ICMS na base de cálculo, refere-se ao principal dos valores recolhidos anteriormente a serem resarcidos pela Receita Federal, que estão relacionados à exclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS, cuja ação judicial, em sede de repercussão geral, teve o julgamento finalizado pelo Supremo Tribunal Federal em 13/05/2021, no processo RE nº 574.706 PR, estabelecendo para os contribuintes que ingressaram com ação judicial a partir de 15/03/2017, o direito à recuperação dos créditos retroativos a esta data. A companhia ajuizou ação sobre o tema em 25/02/2019, desta forma, reconheceu no exercício de 2021 o valor do principal dos créditos tributários retroativos à 15/03/2017, sendo que a atualização monetária dos mesmos será reconhecida quando do trânsito em julgado da sua ação judicial específica.

7. ALMOXARIFADO OPERACIONAL

Composição	2024	2023
Almoxarifado de Manutenção e Operação	749	712
Adiantamento a Fornecedores	3	-
Total	752	712

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os materiais em almoxarifado são avaliados e contabilizados pelo custo médio de aquisição. O almoxarifado é composto na sua maioria por peças sobressalentes.

8. IMOBILIZADO

(a) Composição:

	Taxa Média Anual %	2024			2023
		Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Terrenos	-	1.796	-	1.796	1.796
Reservatórios e Barragens	2,13	51.268	(16.967)	34.301	35.719
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2,18	17.086	(5.495)	11.591	11.652
Máquinas e Equipamentos	3,12	41.924	(19.504)	22.420	23.033
Móveis e Utensílios	8,75	81	(41)	40	43
Veículos	-	17	(17)	-	-
		112.172	(42.024)	70.148	72.243
Administração Central					
Máquinas e Equipamentos	4,44	90	(71)	19	24
Móveis e Utensílios	6,12	49	(43)	6	7
	139	(114)	25	31	
Em Curso					
Reservatórios e Barragens (i)		143	-	143	324
Máquinas e Equipamentos (i)	-	-	-	-	420
Transformação e Reparo de Materiais(iii)		968	-	968	-
Peças de Reposição (ii)		1.091	-	1.091	1.030
Adiantamento a Fornecedores (i)		48	-	48	-
	2.250	-	2.250	1.774	
Total		114.561	(42.138)	72.423	74.048

(i) Referem-se a equipamentos que ainda serão instalados.

(ii) Referem-se a materiais destinados à reposição do imobilizado em serviço.

(iii) Referem-se a bens desativados destinados a reparo e quando da conclusão serão novamente ativados.

A Companhia considera essas taxas de depreciação apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta no artigo 10º da Resolução ANEEL nº 282, de 26 de julho de 2000, a qual concede à PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente de energia elétrica, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, “os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.”

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

	2023	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2024
Em Serviço						
Terrenos	1.796	-	-	-	-	1.796
Reservatórios e Barragens	35.719	-	(319)	-	(1.099)	34.301
Edificações, Obras e Benfeitorias	11.652	-	-	335	(396)	11.591
Máquinas e Equipamentos	23.033	115	(20)	596	(1.304)	22.420
Móveis e Utensílios	43	2	-	-	(5)	40
	72.243	117	(339)	931	(2.804)	70.148
Administração Central						
Máquinas e Equipamentos	24	-	-	-	(5)	19
Móveis e Utensílios	7	-	-	-	(1)	6
	31	-	-	-	(6)	25
Em Curso						
Reservatórios e Barragens	324	154	-	(335)	-	143
Máquinas e Equipamentos	420	149	-	(569)	-	-
Transformação e Reparo de Materiais	-	995	-	(27)	-	968
Peças de Reposição	1.030	61	-	-	-	1.091
Adiantamento a Fornecedores	-	48	-	-	-	48
	1.774	1.407	-	(931)	-	2.250
Total	74.048	1.524	(339)	-	(2.810)	72.423

Os valores das baixas realizadas no Imobilizado em Serviço se referem à equipamentos que foram destinados à reforma, sendo então adicionados ao Imobilizado em Curso e que, após a sua conclusão, retornarão ao Imobilizado em Serviço.

	2022	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2023
Em Serviço						
Terrenos	1.787	5	-	4	-	1.796
Reservatórios e Barragens	36.825	-	-	-	(1.106)	35.719
Edificações, Obras e Benfeitorias	11.265	-	-	752	(365)	11.652
Máquinas e Equipamentos	24.021	4	(5)	301	(1.288)	23.033
Móveis e Utensílios	50	-	-	-	(7)	43
	73.948	9	(5)	1.057	(2.766)	72.243
Administração Central						
Máquinas e Equipamentos	17	11	-	-	(4)	24
Móveis e Utensílios	10	-	-	-	(3)	7
	27	11	-	-	(7)	31
Em Curso						
Reservatórios e Barragens	112	964	-	(752)	-	324
Máquinas e Equipamentos	336	432	(16)	(332)	-	420
Peças de Reposição	913	86	-	31	-	1.030
Adiantamento a Fornecedores	4	-	-	(4)	-	-
	1.365	1.482	(16)	(1.057)	-	1.774
Total	75.340	1.502	(21)	-	(2.773)	74.048

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução CFC nº 1.292/2010, a Companhia efetuou a análise dos seus ativos e verificou que não há qualquer indicador de desvalorização e que esses ativos são realizáveis em prazos satisfatórios.

9. INTANGÍVEL

(a) Composição:

	Custo	Amortização Acumulada	2024 Valor Líquido	2023 Valor Líquido
Serviços	256	-	256	256
Software	38	(37)	1	2
Projeto MDL	174	-	174	174
LO – Licença de Operação	11	(5)	6	7
Rede em Fibra Óptica	127	(46)	81	95
Repactuação do Risco Hidrológico – GSF	12.810	(2.431)	10.379	10.873
Total	13.416	(2.519)	10.897	11.407

(b) Movimentação do Intangível:

	2023	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	2024
Serviços (i)	256	-	-	-	-	256
Software (ii)	2	-	-	-	(1)	1
Projeto MDL (iii)	174	-	-	-	-	174
LO – Licença de Operação (iv)	7	-	-	-	(1)	6
Rede em Fibra Óptica (v)	95	-	-	-	(14)	81
Repactuação do Risco Hidrológico – GSF (vi)	10.873	-	-	-	(494)	10.379
Total	11.407	-	-	-	(510)	10.897

	2022	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	2023
Serviços (i)	256	-	-	-	-	256
Software (ii)	2	1	-	-	(1)	2
Projeto MDL (iii)	174	-	-	-	-	174
LO – Licença de Operação (iv)	9	-	-	-	(2)	7
Rede em Fibra Óptica (v)	107	-	-	-	(12)	95
Repactuação do Risco Hidrológico – GSF (vi)	13.591	..	(1.772)	-	(946)	10.873
Total	14.139	1	(1.772)	-	(961)	11.407

A Companhia avalia periodicamente a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis, não havendo quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução de seu valor recuperável.

- (i) Serviços – estão registradas pelo custo de aquisição, e são constituídas pela servidão de passagem da linha de transmissão de 69 kV que conecta a SE Cachoeirão à SE Conselheiro Pena, e pela Área de Preservação Permanente – APP, referente às indenizações pagas em favor dos proprietários dos imóveis do entorno do reservatório. Como são permanentes não há amortização.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Software – são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. São constituídos por gastos realizados com a aquisição de licenças e demais gastos com serviços complementares a utilização produtiva de *software*, desvinculados de equipamentos tangíveis (*hardware*), e são amortizados em linha reta, conforme taxa determinada pela ANEEL.
- (iii) Projeto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL – registra os custos associados ao processo de verificação, validação, emissão e comercialização dos Certificados de Emissão Reduzida (CERs) e são baixados pelo custo médio proporcionalmente à comercialização dos mesmos.
- (iv) LO – Licença de Operação – é constituída pelos gastos inerentes ao processo de renovação da Licença de Operação emitida em 03/05/2021 pela SUPRAM/LM, e será amortizado linearmente pelo prazo de sua vigência que será de 8 anos.
- (v) Rede em fibra óptica – registra o custo de aquisição de uma rede em fibra óptica construída em parceria com o provedor de *internet* local para atendimento à usina e região, e que corresponde ao direito de utilização da referida rede pelo prazo de 10 anos e será amortizado linearmente por esse prazo.
- (vi) Repactuação do Risco Hidrológico – GSF – registra o valor apurado pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, no montante de R\$14.582, relativo ao total da compensação financeira a que a Companhia tem direito e que foi convertido em 1.137 dias de extensão da outorga, na forma da Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020. O referido prazo de extensão foi reconhecido pela ANEEL através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.919/2021, de 03/08/2021, sendo então procedido ao registro contábil do valor da compensação no exercício de 2021. O citado valor será amortizado linearmente até o prazo final da outorga ajustado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.972/2021, acrescida do referido prazo de extensão concedido. Em 2023, houve o recálculo da compensação financeira a que a Companhia teria direito, que quando convertido em dias de extensão da outorga, o cálculo ultrapassou o prazo limite para extensão previsto pela legislação, que seria de 7 anos (2.555 dias), sendo estabelecida a extensão da outorga nesse limite, desta forma, parte do montante financeiro da compensação não poderá ser recuperado, motivo pelo qual foi feita a reversão no valor de R\$1.772 do intangível para a despesa. Nesse mesmo âmbito, considerando a alteração do valor do intangível, bem como o prazo final da outorga estendida, o valor da amortização linear foi recalculado pelo período remanescente desta.

10. FORNECEDORES

Composição	2024	2023
Circulante		
Materiais e Serviços	1.640	306
Total	1.640	306
 Não Circulante		
Materiais e Serviços	-	655
Total	-	655

O aumento do saldo no exercício de 2024 refere-se à provisão das operações de contabilização na CCEE relativas aos meses de novembro e dezembro de 2024, no valor de R\$ 1.582, que serão quitadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2025, conforme o calendário regular de liquidações da CCEE.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. TRIBUTOS

Composição	2024	2023
Circulante		
Tributos federais		
IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	458	143
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido	259	171
PIS – Programa de Integração Social	28	21
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	132	99
	877	434
Tributos estaduais		
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	1	1
	1	1
Tributos municipais		
ISSQN – Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza	8	14
	8	14
Contribuições sociais		
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	-	22
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	-	8
	-	30
Tributos retidos na fonte		
CSRF – Contribuição Social Retida na Fonte	33	21
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Serviços de Terceiros	10	5
Retenção para Seguridade Social (11%)	17	32
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Obrigações Trabalhistas	21	-
	81	58
Total	967	537

As receitas com venda de energia tiveram maior volume no 2º semestre do exercício de 2024, o que justifica os maiores valores de tributos a pagar no encerramento deste exercício.

Para o exercício de 2024, os valores relativos ao INSS (R\$24) e FGTS (R\$8) foram reclassificados para a conta contábil de Obrigações Sociais e Trabalhistas, bem como o IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Obrigações Trabalhistas (R\$21) foi reclassificado da conta contábil de Obrigações Sociais e Trabalhistas para a conta de Tributos.

12. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais e recursos administrativos em andamento classificados, pelos seus consultores jurídicos, como de perda possível, e tendo em vista esta classificação, não foram registradas provisões nos exercícios de 2024 e 2023.

De maneira informativa, esclarecemos que as contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

	2024	2023
Passivos Contingentes	617	567
Total	617	567

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O item representativo das contingências indicadas se dá em relação à Ação Ordinária de Indenização movida por grupo de pescadores que alegam terem sido afetados pela Companhia, ajuizada em 27 de outubro de 2014, na Vara Única da Comarca de Aimorés (MG), com valor originário de R\$325, e atualizado em 31 de dezembro de 2024 para R\$573 (em 2023 R\$554). O processo passou por perícia técnica e após a conclusão desta, a parte autora foi intimada a manifestar-se sob pena de extinção do processo por abandono, situação em que se encontra até o momento. Este processo foi considerado pelos consultores jurídicos da Companhia como de perda possível. Tendo em vista a classificação atribuída ao processo pelos consultores jurídicos da Companhia, não foram registrados valores nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, é de R\$35.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias de Classe A e B, nominativas sem valor nominal, todas com preço de emissão fixado a R\$1,00 (um real).

Ações Ordinária Classe A Quantidade	R\$	Ações Ordinárias Classe B Quantidade	R\$	Total Quantidade	R\$
17.850.000	17.850	17.150.000	17.150	35.000.000	35.000

Demonstramos a seguir a composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2024:

Acionistas	Ações Ordinárias		
	Tipo	Quantidade	Percentagem
Santa Maria Energética S.A.	Classe A	17.850.000	51,00%
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Classe B	17.150.000	49,00%

(b) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia, conforme estabelece o art. 193 da Lei nº 6.404/1976, de 15 de dezembro de 1976. Considerando que no exercício de 2017 a Reserva Legal atingiu tal limitação com saldo de R\$ 7.000, a Companhia deixou de destinar recursos para constituição desta Reserva.

(c) Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros regista a parcela remanescente do lucro líquido não distribuído após a constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios, relativo a exercícios anteriores e ao próprio exercício de 2024, cuja destinação estabelecida pelas acionistas será a futura distribuição extraordinária de dividendos, assim que a situação financeira da Companhia permitir, ainda que não observado o disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. DIVIDENDOS DECLARADOS

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/1976. Os dividendos propostos foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Com base no resultado do exercício, foram propostos os seguintes dividendos:

Composição	2024	2023
Lucro líquido do exercício	10.854	23.106
Base de cálculo dos dividendos	10.854	23.106

Dividendos mínimos obrigatórios (25%):

Ações Ordinárias Classe A	1.384	2.946
Ações Ordinárias Classe B	1.329	2.831
Total dos dividendos mínimos obrigatórios	2.713	5.777

15. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como seus acionistas a Santa Maria Energética S.A. e a Cemig Geração e Transmissão S.A. Segue resumo das transações com partes relacionadas nos exercícios de 2024 e 2023:

Grupo Balanço	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Parte relacionada	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
			2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Cliente	Contrato de compra e venda de energia elétrica incentivada com a Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda	Santa Maria	1.109	799	-	-	6.167	9.403	-	-
Fornecedor	Contrato de uso do sistema de distribuição de energia elétrica com a Cemig Distribuição S.A.	Cemig D	-	-	-	-	-	-	1.801	1.733
Fornecedor	Contrato de conexão ao sistema de transmissão com a Cemig Geração e Transmissão S.A.	Cemig GT	-	-	5	4	-	-	57	55
Fornecedor	Contrato de operação e manutenção do bay na SE Conselheiro Pena com a Cemig Geração e Transmissão S.A.	Cemig GT	-	-	19	18	-	-	268	256
Totais			1.109	799	24	22	6.167	9.403	2.126	2.044

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração da Administração

Conforme deliberação da Assembleia Geral, os Conselheiros e Diretores não receberam remuneração para os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras, tendo em vista que estes são remunerados diretamente pelos acionistas que os indicaram.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Composição do fornecimento de energia elétrica pode ser assim demonstrada:

Composição	2024	2023
Receita operacional		
Energia elétrica	32.662	38.621
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	5.759	527
Total	38.421	39.148
Deduções da receita operacional		
PIS	(250)	(255)
COFINS	(1.154)	(1.176)
TFSEE	(111)	(101)
Total	(1.515)	(1.532)
Receita operacional líquida	36.906	37.616

A redução da receita está relacionada com as condições de mercado que se apresentaram ao longo do ano de 2023 para o ano de 2024 e no próprio ano de 2024, impactando negativamente os preços de energia, em função de condições hidrológicas favoráveis e de menor demanda, diferente das condições que se apresentaram em 2022 para o ano de 2023.

17. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Composição	2024	2023		
	Custos da energia vendida	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Gastos operacionais				
Energia comprada para revenda	14.089	-	14.089	1.458
Recuperação do risco hidrológico - GSF	-	-	-	1.772
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	1.858	-	1.858	1.787
Pessoal	450	1.021	1.471	1.438
Materiais	159	7	166	72
Serviços de terceiros	4.595	153	4.748	4.436
Arrendamento e aluguéis	110	53	163	164
Seguros	142	1	143	136
Tributos	26	4	30	27
Depreciação	2.804	6	2.810	2.773
Amortização	509	1	510	961
Gastos diversos	41	38	79	87
Total	24.783	1.284	26.067	15.111

Em Energia comprada para revenda, destacam-se as liquidações do mercado de curto prazo no âmbito da CCEE, que em função da elevação excepcional do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD no 2º semestre/2024,

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

associado a níveis baixos de GSF, trouxeram impacto relevante na exposição involuntária ao mercado de curto prazo, culminando com o crescimento dos custos destas operações.

O montante de R\$1.772 reconhecido na conta Recuperação do risco hidrológico – GSF, se refere à reversão parcial do valor da compensação financeira dos custos com GSF incorridos pela Companhia apurados pela CCEE, conforme esclarecimentos na nota explicativa nº 9.

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Atividades não vinculada à concessão	2024	2023
Demais receitas e rendas		
Outros	659	7
Total	659	7
Tributos sobre demais receitas e rendas		
PIS	(4)	-
COFINS	(20)	-
ICMS	-	(1)
Total	(24)	(1)
Outras receitas operacionais	635	6
Outros gastos operacionais		
Perdas na alienação e desativação de bens	-	(2)
Total	-	(2)
Outras despesas operacionais	-	(2)
Total	635	4

19. RESULTADO FINANCEIRO

Composição	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.111	2.600
Outras receitas financeiras	55	90
Total	1.166	2.690
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(6)	(5)
Total	(6)	(5)
Resultado financeiro líquido	1.160	2.685

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apurou o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro com base no regime de Lucro Presumido, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e o valor registrado como despesa de Imposto de Renda e de Contribuição Social nas demonstrações financeiras foi calculado conforme demonstrado a seguir:

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Imposto de Renda do exercício	2024	2023
Receita de operações com energia elétrica	38.421	39.148
Percentual de presunção (8%)	3.074	3.132
Outras receitas	-	7
Percentual de presunção (32%)	-	2
Receitas financeiras	1.166	2.663
Outras receitas	659	-
Percentual de presunção (100%)	1.825	-
Base de cálculo	4.899	5.797
Alíquota de 15%	735	870
Adicional de 10%	466	555
Total de IRPJ	1.201	1.425

(b) Contribuição social do exercício	2024	2023
Receita de operações com energia elétrica	38.421	39.148
Percentual de presunção (12%)	4.610	4.698
Outras Receitas	-	7
Percentual de presunção (32%)	-	2
Receitas financeiras	1.166	2.663
Outras receitas	659	-
Percentual de presunção (100%)	1.825	2.663
Base de cálculo	6.435	7.363
Alíquota de 9%	579	663
Total de CSLL	579	663

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como seguem:

	Nível	2024		2023		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativo						
Custo amortizado						
Caixa e depósito bancário a vista		19	19	34	34	
Contas a receber de clientes		4.365	4.365	3.280	3.280	
	1	4.384	4.384	3.314	3.314	
Valor justo por meio do resultado						
Aplicações financeiras		1	5.388	7.188	7.188	
		5.388	5.388	7.188	7.188	
		9.772	9.772	10.502	10.502	
Passivo						
Custo amortizado						
Fornecedores		1.640	1.640	961	961	
		1.640	1.640	961	961	

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Existem três níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

22. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia avaliou e considerou que há a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(a) Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por comercializadoras de energia, com contratos de compra e venda de energia de curto e médio prazos. A Companhia exige o registro da energia mediante a comprovação do pagamento pelo cliente. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da companhia a riscos de créditos e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes.

(b) Risco de Liquidez

A Companhia aplica todo excedente de caixa imediatamente no mercado financeiro em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) ou Operação Compromissada, remunerados com taxas que variam entre 100% e 119% (em 2023, 98,2% e 111,28%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em bancos de reconhecida liquidez. Assim, garante um caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de curto e longo prazo, tendo em vista não possuir dívidas, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar uma eventual variação no fluxo de caixa futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade utilizou como cenário provável (Cenário I) a taxa referencial do CDI (14,75% a.a.) projetada para o ano de 2025 (fonte: Boletim Focus datado de 27 de dezembro de 2024). Já os cenários II e III levam em consideração uma variação nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Nota	Exposição 31/12/2024	Risco	Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações Financeiras	4	5.388	Baixa do CDI	Resultado	795	596	397

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

(c) Risco de Mercado

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos financeiros. A companhia avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas na modalidade renda fixa, em bancos de reconhecida liquidez, e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 100% e 119% (em 2023, 98,2% e 111,28%) do CDI.

A Companhia comercializa sua energia no âmbito do mercado livre, considerando a totalidade de sua garantia física disponível, a preços atrativos de maneira a minimizar os riscos de exposição aos preços de curto prazo (mercado *spot* ou PLD). A diferença entre a energia efetivamente gerada e a comercializada é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à hidrologia e a liquidez do próprio mercado de energia podem afetar os preços.

(d) Risco Operacional

O Objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza atividades de operação e manutenção de sua usina de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenções preditiva, preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos, das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados especializados para as atividades de operação e manutenção de sua usina.

(e) Risco Hidrológico

A energia comercializada pela Companhia é vinculada à energia assegurada da usina, que é determinada pelo órgão regulador. A escassez hídrica provoca uma diminuição relevante na produção de energia por parte da fonte hidráulica, base da matriz energética brasileira, e isso tem potencial para gerar aumento dos custos com aquisição de energia.

A mitigação desse risco é realizada através do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo de compartilhamento do risco hidrológico entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional – SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Entretanto, em condições de hidrologia, relevantemente desfavorável, o MRE pode expor a Companhia à elevado rateio de custos com base no PLD, gerando ônus financeiro relevante para os geradores hidrelétricos.

23. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As coberturas de seguros contratadas são:

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Seguradora	Vigência	Ramo	Limite de Indenização
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. e Fator Seguradora S.A.	31/03/2024 à 31/03/2025	Riscos Operacionais	R\$ 76.084
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	31/03/2024 à 31/03/2025	Responsabilidade Civil Geral	R\$ 15.000
Porto Seguro Comp. De Seguros Gerais	30/03/2024 à 30/03/2025	Escritórios	
		Cobertura de Incêndio e Complementares	R\$ 200
		Roubo de Bens e Danos Elétricos	R\$ 90
		Vendaval, Furacão, Ciclone, Granizo e Tornado	R\$ 20

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

24. TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE SOCIETÁRIO DA COMPANHIA

Em 10 de fevereiro de 2025 foi expedido o Despacho nº 371, pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, dando anuênciá prévia ao pedido para a realização da transferência do controle societário direto da Hidrelétrica Cachoeirão S.A., atualmente detido pela subsidiária integral Santa Maria Energética S.A., para a sua holding controladora Santa Maria Participações S.A.. O Despacho prevê o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para a implementação da operação, que deverá ser comunicada à ANEEL no prazo de até 30 (trinta) dias após a sua conclusão. A transferência está sendo realizada para reorganização societária do Grupo Santa Maria visando otimizar a sua gestão com a concentração de participações societárias em uma única holding sem nenhum impacto sobre as operações da controlada.

25. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como concordam com a opinião emitida pelos auditores independentes.

Ângelo André Bosi
Diretor Administrativo Financeiro

Ronnie de Lima Diniz
Diretor Técnico Comercial

Robson Gomes da Cunha
Contador – CRC/ES-011009/O-4